

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SENTIDOS PRODUZIDOS NO TRABALHO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Hanmi Cedeño Lima; Profa. Dra. Denise Mesquita de Melo Almeida.

*Universidade Federal da Grande Dourados
hanmi.1997@gmail.com
denisealmeida@ufgd.edu.br*

Introdução

Desde a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabeleceu-se como compromisso o acompanhamento da evolução do alcance das metas estabelecidas neste documento. Desde modo, a cada dois anos o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP realiza e divulga estudos para subsidiar as análises sobre o cumprimento das 20 metas estabelecidas como estratégias para o alcance de uma educação pública, democrática e de qualidade no Brasil. Com isto, ao final do primeiro semestre de 2018 este instituto divulgou o relatório do 2º ciclo de monitoramento de tais metas. Este documento avalia - entre as demais - a Meta IV, que se refere à universalização do acesso de estudantes de quatro a dezessete anos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo um sistema educacional inclusivo, de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), Classes, Escolas ou Serviços Especializados, públicos ou conveniados. Os dados apresentados permitem concluir que de modo geral no Brasil, entre 2009 e 2017, pode-se verificar em relação ao acesso do público alvo da educação especial à Educação Básica um aumento de 21,9 p.p., sendo possível verificar em 2017 um percentual de 91,0% deste alunado matriculado em classes comuns da educação básica (INEP, 2018). Trata-se de uma conquista bastante significativa. No entanto, o mesmo documento demonstra que a distribuição desta taxa de matrícula não é homogênea no país, variando por regiões entre 83,4% e 98,1%. A meta proposta pelo PNE 2014-2024 é de 100% de absorção, portanto ainda há um caminho importante a ser percorrido, sobretudo nas regiões que apresentam as taxas mais baixas, como por exemplo o estado de Mato Grosso do Sul de onde produzimos nossas reflexões, onde a taxa de absorção do público alvo da educação especial em classes comuns da Educação Básica – embora a mais alta do período – chegou em 2017 a apenas a 86,1%. Lembramos que refletimos orientadas por princípios delineados desde nossa tão ameaçada Constituição Federal Brasileira, de 1988, que se propõe a assegurar o ensino regular com o propósito de democratizar a Educação, e ainda pela Declaração de Salamanca (apud BRASIL/MEC, 2010), que preconiza que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso,

tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Declaração de Salamanca *apud* BRASIL/MEC, 2010).

Mas as lutas sociais vêm mostrando, e diferentes estudos confirmam (Mazzota, 2003; Mendes 2006, 2010), que democratizar o ensino e a Educação vai além de garantir o acesso. É preciso promover a permanência qualificada de estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação na Educação Básica, promovendo a inclusão social no espaço escolar. É preciso promover inclusão social dentro desse espaço construindo uma educação inclusiva. Isto passa pelo delineamento de um desenho universal de princípios e métodos que permitam a eleição de estratégias e condutas organizadoras do processo pedagógico que em todas as suas dimensões (desde arquitetônicas até atitudinais) se constituam promotoras de uma nova perspectiva educacional: a educação inclusiva. Tal construção, implicada fundamentalmente em processos formativos que possibilitem a construção de sentidos fluidos e abrangentes à inclusão, envolve toda a sociedade - desde a comunidade escolar com seu alunado, docentes, familiares, equipe administrativa, coordenação pedagógica e de gestão, até todo corpo técnico e profissional que se relaciona direta ou indiretamente com a escola na produção de suportes necessários à promoção de desenvolvimento e aprendizagem a todos, e em particular, aos alunos público alvo da educação especial. Neste contexto dirigimos nosso olhar aos processos formativos vividos por uma categoria profissional comumente convocada ao diálogo quando a pauta de reflexões pedagógicas passa a relacionar a aprendizagem a atitudes, aos comportamentos, à subjetividade, à individualidade, às potencialidades individuais e ao desenvolvimento. A saber, os psicólogos.

Metodologia

Em nossas reflexões nos perguntamos se os processos formativos vividos por psicólogos que desempenham suas ações profissionais estabelecendo interface com a educação especial tem oferecido elementos necessários tanto para atuarem em consonância com a perspectiva inclusiva da Educação, quanto para que superem entraves convertendo-os em subsídios para a promoção de seu engajamento à área sob esta perspectiva. A categoria sentido, tal como concebida no seio das reflexões orientadas pela psicologia histórico-cultural, norteia nossas investigações. Deste modo, conforme propõe Asbhar (2011, p.17), tomamos o sentido como aquilo que “expressa a relação subjetiva que o sujeito estabelece com os significados sociais e com as atividades humanas”. Do mesmo modo tomamos o trabalho como princípio formativo e constitutivo da subjetividade, e deste ponto, nos propomos a conhecer trajetórias de vidas profissionais de psicólogos vinculados às escolas especiais e/ou às redes municipal e estadual de Educação no município de Dourados/MS. Analisamos os processos formativos vividos por estes profissionais ao longo de sua qualificação e exercício neste campo de atuação almejando perceber, entre as experiências formativas vividas, aquelas que os auxiliaram a construir sentidos capazes de fortalecer seu engajamento no trabalho com estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação. Buscamos compreender processos pelos quais fatores de desgaste foram convertidos em limites e/ou em motivações para o engajamento na Educação Especial e para construção de uma atuação regida pela perspectiva da educação inclusiva. A metodologia de pesquisa com histórias de vida norteia a recolha do material da investigação, enquanto a análise de conteúdo rege a estratégia eleita para o tratamento dos dados que são lidos prioritariamente sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural.

Resultados e Discussão

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Até o momento procedemos com o levantamento e estudo bibliográfico em literatura que demonstra qual é o papel atual da Educação Especial vista sob a perspectiva inclusiva; de que forma a psicologia se relaciona sob a produção da inclusão e qual o papel do psicólogo neste processo. Refletimos sobre o conceito de sentido, e buscamos suportes teóricos que apontaram sobre sentidos construídos por psicólogos à atuação que ora desenvolvem Educação Especial, tendo em vista o eixo norteador da Educação Inclusiva. Por meio dessa fundamentação construiremos nossa próxima etapa, que será a recolha do material de investigação e posteriormente o tratamento dos dados.

Conclusão

Em conformidade com o percurso investigativo desempenhado até o momento podemos concluir que diferentes pesquisas vêm colocando em destaque as condições de trabalho na Educação Especial, sobretudo, em relação ao trabalho desenvolvido sob a perspectiva da educação inclusiva. Algumas, ao tempo em que se referem ao alto nível de stress a que estão submetidos os profissionais desta área, apontam que os fatores estressores incidem sobre eles de formas diferentes: ora desestimulando, ora promovendo o engajamento na atividade. Considerando, como outros autores, a atitude social como fator influente na realidade da inclusão seguimos confirmando nossas premissas relativas à necessidade de se produzir estudos que auxiliem a compreender os sentidos produzidos por profissionais das diferentes áreas que se dedicam ao trabalho voltado à inclusão educacional de pessoas com deficiências como forma de elaborar insumos para subsidiar processo formativos capazes de ampliar não apenas o engajamento de profissionais à área, como também, tornar os frutos deste engajamento mais eficazes como conjunto da produção de relações educacionais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. **Por que aprender isso, professora? Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Notas sobre o ensino de psicologia escolar em uma concepção crítica. *Psicologia Ensino & Formação*, v. 5, n. 1, p. 20-31, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018. – Brasília, DF: Inep, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. - Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcospoliticos-legais&Itemid=30192

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

MAZZOTTA, M. J. Educação especial no Brasil. História e Políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*, v.11, n.33, p.387-405, dez., 2006.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y pedagogía, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto 2010, pp. 93-109.

OMOTE, Sadao et al. Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. Paidéia, v. 15, n. 32, 2005.